

PROPOSTAS
PARA

Cidades

MAIS COOPERATIVAS



Presidente

Márcio Lopes de Freitas

Superintendente

Tania Regina Zanella

Gerente Geral da OCB

Fabíola da Silva Nader Motta

Gerente Geral do SESCOOP

Karla Tadeu Duarte de Oliveira

Setor de Autarquias Sul, Quadra 04,
Bloco "I", 70070-936 – Brasília-DF
(61) 3217-2148

 www.somoscooperativismo.coop.br

 relacoesinstitucionais@ocb.coop.br

Realização

Sistema OCB - Gerência de Relações Institucionais

Coordenação

Gerente de Relações Institucionais da OCB

Clara Pedroso Maffia

Coordenador de Relações Governamentais da OCB

Eduardo Lima Queiroz

Equipe Técnica

Bruna de Matos Chaves

Gabriela de Souza Barbagalo

João Pinheiro Valadares Penna

Soraia Cardoso dos Santos

Thereza Raquel Lima Silva

Pareceristas

Alex dos Santos Macedo, Amanda Oliveira de Carvalho, Ana Paula Andrade Ramos Rodrigues, Bruno da Silva Vasconcelos, Daniel Campos Antunes, Fernando Ferreira Pinheiro, Feulga Abreu dos Reis, Hugo de Castro e Andrade, João José Prieto Flávio, Leonardo Papp, Mariana Melato Araujo, Milena Tawanny Gil Cesar, Priscilla Silva Coelho, Rodolfo Jordão da Silva Filho, Suellen Meneses da Silva, Thayná Côrtes Pereira, Thiago Borba Abrantes e Tiago de Barros Freitas.

Projeto gráfico e diagramação

DUO Design

Brasília-DF, maio de 2024.

Sumário

EXECUTIVO

Fortalecendo a agenda municipal para um futuro próspero - Palavra do Presidente	05
Quadro-Resumo: Propostas para um Brasil mais cooperativo	06
Relevância do cooperativismo no Brasil e no mundo	08
Dados Setoriais	10
Detalhamento das Propostas	
1 Cooperativas em prol de cidades e comunidades mais prósperas	12
2 Parcerias de municípios com o cooperativismo	18
3 Cooperativismo como vetor do desenvolvimento sustentável	22
4 Ambiente de negócios favorável ao desenvolvimento das cooperativas	26
Dimensões social e econômica do cooperativismo	30
Ramos do Cooperativismo	30
Por que cooperativa?	32
Princípios do cooperativismo	35

Palavra do

Presidente

Fortalecendo a agenda municipal

PARA UM FUTURO PRÓSPERO

Com a iminência das eleições municipais, é crucial considerar as mudanças sociais e econômicas que vêm ocorrendo globalmente. Uma dessas mudanças notáveis é a transformação do pensamento das pessoas em direção a uma economia mais compartilhada, sustentável e transparente. Nesse contexto, o cooperativismo emerge como uma resposta relevante aos desafios contemporâneos.

Enquanto o mundo enfrenta o desafio de garantir trabalho e renda para todos, o modelo cooperativo se destaca como uma solução viável. Baseado em princípios de equidade, transparência e participação democrática, as cooperativas têm a capacidade única de promover o desenvolvimento econômico e social de forma harmoniosa.

Ao contrário das empresas tradicionais, onde os lucros tendem a beneficiar apenas alguns poucos, o modelo cooperativista garante uma distribuição equitativa dos resultados entre todos os cooperados, incentivando um ciclo de prosperidade sustentável. Além disso, as cooperativas reinvestem seus ganhos nas próprias comunidades, impulsionando o desenvolvimento local.

O cooperativismo não é apenas uma teoria, mas uma prática comprovada por números impressionantes. Com mais de 20 milhões de cooperados no Brasil, o movimento cooperativista exerce uma influência significativa na sociedade. Sua contri-

buição para a economia do país já ultrapassou os R\$ 650 bilhões, demonstrando seu potencial como motor de crescimento e inclusão financeira.

Além de sua relevância econômica, as cooperativas desempenham um papel fundamental na oferta de serviços essenciais, como saúde, educação, transporte e energia, atendendo às necessidades das comunidades em todo o país.

À luz desses fatos, é essencial que os representantes eleitos reconheçam o papel vital do cooperativismo na construção de um Brasil mais justo e próspero. Convidamos os futuros líderes municipais a se aliarem a nós nessa jornada em direção a uma economia mais colaborativa e inclusiva, onde o cooperativismo assume seu lugar de destaque.

Neste período eleitoral, é fundamental que o cooperativismo esteja no centro das agendas políticas, pois representa não apenas uma alternativa econômica viável, mas também um caminho para um futuro mais sustentável e equitativo para todos os brasileiros.

Márcio Lopes de Freitas

Presidente do Sistema OCB

QUADRO-RESUMO

1

COOPERATIVAS EM PROL DE CIDADES E COMUNIDADES MAIS PRÓSPERAS

- ✔ Legislações e políticas públicas de apoio e estímulo ao cooperativismo
- ✔ Espaços de representatividade e de participação
- ✔ Cooperativismo como organização de arranjos produtivos locais
- ✔ Inclusão financeira e desenvolvimento regional por meio de cooperativas
- ✔ Geração de trabalho e renda por meio do empreendedorismo coletivo



2

PARCERIAS DE MUNICÍPIOS COM O COOPERATIVISMO

- ✔ Parcerias público-privadas na saúde
- ✔ Gestão dos recursos das prefeituras por cooperativas de crédito
- ✔ Mobilidade urbana por meio das cooperativas de transporte
- ✔ Coleta de resíduos sólidos por cooperativas
- ✔ Educação inclusiva por meio do cooperativismo
- ✔ Cooperativas como promotoras de programas habitacionais



3 COOPERATIVISMO COMO VETOR DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- ✔ Cooperativismo e o estímulo à produção sustentável
- ✔ Conectividade no campo por cooperativas
- ✔ Cooperativas na produção e distribuição de energia de qualidade
- ✔ Cooperativas e o aproveitamento do turismo regional



4 AMBIENTE DE NEGÓCIOS FAVORÁVEL AO DESENVOLVIMENTO DAS COOPERATIVAS

- ✔ Bases estruturantes de uma gestão municipal moderna e eficiente
- ✔ Desburocratização e redução de custos operacionais



Relevância do **COOPERATIVISMO** **NO BRASIL E NO MUNDO**

Cenário Internacional



3 MILHÕES
de cooperativas
no mundo



\$2,5 TRILHÕES
de faturamento combinado
das 300 maiores cooperativas



+ DE 1 BILHÃO
de cooperados
(12% da humanidade)



280 MILHÕES
de empregos gerados

Fonte: ACI

Cenário Brasileiro



+ DE 4,6 MIL
cooperativas
no Brasil



+ DE R\$ 996 BI
em ativos totais



20,5 MILHÕES
de cooperados no país
(cerca de 10% dos brasileiros)



524 MIL
empregos diretos gerados
pelas cooperativas

Fonte: Sistema OCB, Anuário do Cooperativismo, 2023

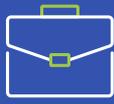
Indicadores Financeiros do cooperativismo



Ativos totais de
R\$ 996,6 BILHÕES
R\$ 145,7
bilhões de
patrimônio líquido

R\$ 37,9 BILHÕES
de sobras reinvestidos
na economia local

Ingressos de
R\$ 655,5 BILHÕES
+ DE R\$ 44 BILHÕES
em tributos e
despesas com pessoal

	 COOPERATIVAS	 COOPERADOS	 EMPREGADOS
 AGROPECUÁRIO	1.185	1.011.023	249.584
 CONSUMO	235	2.149.713	14.471
 CRÉDITO	728	15.501.804	99.331
 INFRAESTRUTURA	284	1.293.467	7.061
 SAÚDE	720	253.667	135.633
 TRABALHO, PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	655	182.783	12.407
 TRANSPORTE	886	96.697	5.748
TOTAL	4.693	20.489.154	524.235

Dados SETORIAIS

Cooperativas AGROPECUÁRIAS



53% da safra de grãos do país é originada por produtores rurais cooperados.

71,2% dos estabelecimentos rurais de produtores cooperados são do perfil da agricultura familiar.

Mais de **9 mil profissionais** em cooperativas dedicados à assistência técnica e extensão rural.

Fonte: Sistema OCB, Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2022.

Cooperativas DE CRÉDITO



Mais de **9 mil unidades** de atendimento em todo o país, com a maior presença física entre as instituições financeiras.

332 municípios do país contam com cooperativas como únicas instituições financeiras.

Crédito aos pequenos negócios: **19%** dos contratos e **13%** do valor contratado do Pronampe.

37% dos contratos de custeio para o financiamento do setor produtivo rural.

Fonte: Sistema OCB, Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2022; BCB, 2022.

Cooperativas DE SAÚDE



32% do mercado de saúde suplementar é cooperativista.

Presença em **90%** dos municípios brasileiros.

O Brasil possui os **maiores sistemas cooperativos de saúde do mundo**, tanto na área da medicina, quanto da odontologia.

Fonte: Sistema OCB, Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2022.

Cooperativas DE INFRAESTRUTURA



750 mil domicílios em **806** municípios brasileiros

Cooperativas entre as **10 melhores** no Índice Aneel de Satisfação do Consumidor

Fonte: Sistema OCB, Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2022.

Outros SEGMENTOS



Aproximadamente **500 milhões** de toneladas de carga movimentadas anualmente por cooperativas de transporte

2,1 milhões de brasileiros associados em cooperativas de consumo

Quase **200 mil** brasileiros organizados em cooperativas de trabalho e produção de bens e serviços

Fonte: Sistema OCB, Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2022.



Cooperativas

**em prol de cidades
e comunidades
mais prósperas**

APRESENTAÇÃO

Em seu papel de inclusão social e econômica, o cooperativismo pode ser considerado o modelo de negócio mais viável para o desenvolvimento de cidades e comunidades. Baseadas na união de pessoas, as cooperativas congregam mais de um bilhão de associados em todo o mundo, trazendo soluções, por meio de atividades econômicas, para a melhoria do bem-estar social da comunidade em que se inserem.

O cooperativismo é um modelo societário que quebra a barreira entre o econômico e social, com forte presença do trabalho colaborativo e do esforço conjunto. As cooperativas nascem para resolver problemas coletivos e têm em suas raízes o senso de comunidade, a transparência, a sustentabilidade e a integridade.

Não por outro motivo que este papel está reconhecido na nossa Constituição Federal, conforme prevê o § 2º do art. 174 (CF/88), que destaca o comando de apoio e estímulo ao cooperativismo pelo poder público. Isto não significa somente concordar com a sua importância, mas que este fator

seja o propulsor de ações efetivas para impulsionar o cooperativismo no país.

Para demonstrar a magnitude e as contribuições positivas do movimento para a economia e sociedade brasileiras, a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) realizou um estudo em parceria com os dados disponibilizados pelo Sistema OCB para mensurar o impacto do cooperativismo no país. Entre as conclusões, destaca-se que municípios onde o cooperativismo atua com maior protagonismo têm, em média, R\$ 5,1 mil a mais no PIB/per capita e uma balança comercial mais favorável em US\$ 96,2 por habitante.

Desta forma, convidamos os candidatos a vereadores e a prefeitos, bem como os demais gestores públicos municipais, a confiarem no cooperativismo como instrumento de promoção de políticas públicas de inclusão financeira e produtiva, geração de renda, acesso a mercados e desenvolvimento local e regional, tendo em vista a garantia de um futuro mais justo e próspero para os municípios brasileiros.

A LEGISLAÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO E ESTÍMULO AO COOPERATIVISMO

Criação ou atualização da Lei Municipal do Cooperativismo:

Incentivar, por meio da Lei Municipal do Cooperativismo, a criação de um ambiente legal e regulatório favorável ao desenvolvimento das cooperativas em nível local, proporcionando segurança jurídica e mecanismos de fomento para a atividade cooperativista. A legislação deve reconhecer o papel das cooperativas nas políticas públicas, garantindo acesso ao crédito, a mercados, e assegurando sua participação em editais de contratações públicas. Além disso, inclui o cooperativismo no calendário cívico do município e nos currículos escolares, difundindo suas especificidades e boas práticas para fortalecer sua presença e impacto na comunidade.

FIQUE LIGADO!

Entre em contato com a Organização Estadual do Cooperativismo da sua Unidade da Federação para amadurecer a discussão sobre essa legislação municipal.

Ato cooperativo no tributo municipal:

Assegurar, enquanto não estiver vigente o novo regime tributário, a aplicação do dispositivo constitucional sobre o adequado tratamento ao ato cooperativo no Imposto sobre Serviços (ISS). Como o ato cooperativo não implica em operação de mercado e nem em contrato de compra e venda de produtos, os benefícios econômicos ou sobras devem ser atribuídos aos cooperados, não à cooperativa. Portanto, a incidência do ISS deve recair sobre o repasse recebido pelo cooperado, não sendo responsabilidade da cooperativa recolher esse imposto.

Linhas de crédito e novas fontes de financiamento ao cooperativismo:

Reforçar fontes orçamentárias e adequar linhas de crédito oficiais para todos os segmentos do cooperativismo, garantindo a continuidade das atuais políticas de fomento ao modelo de negócio cooperativista. Além disso, por meio de adequações legais e normativas, buscamos o acesso a fontes alternativas de financiamento, como forma de estimular seu desenvolvimento e a continuidade de novos investimentos.

Participação de cooperativas em compras governamentais:

A participação de cooperativas em processos licitatórios é assegurada pela Lei 12.690/2012 (funcionamento das cooperativas de trabalho) e pela Lei 14.333/2021 (Nova Lei de Licitações). Porém, alguns editais de órgãos públicos municipais ainda não consideram o arcabouço jurídico mais atual, sendo necessárias adequações técnicas, legais e constitucionais. Neste contexto, vale destacar a capacidade do cooperativismo de organizar a produção, ampliar a capilaridade e reduzir os custos operacionais e logísticos das contratações públicas de bens e serviços.

Convênios por meio de emendas parlamentares:

Incentivar a transferência de recursos públicos municipais, via emendas parlamentares, para projetos de cooperativas que se dedicam à coleta e processamento de materiais recicláveis, à estruturação produtiva, às atividades de aquicultura e agricultura, e a outros projetos de interesse público e social, conforme estabelecido na legislação vigente.

Promoção da imagem e da cultura do cooperativismo:

Promover ações de sensibilização e engajamento da sociedade sobre os princípios benéficos do cooperativismo, por meio de eventos, campanhas educativas e programas de educação continuada. Além disso, estimular a educação cooperativa, de forma interdisciplinar, na educação formal em todos os níveis (ensino básico, ensino técnico e ensino superior), por meio de parcerias com as escolas, universidades e órgãos educacionais.

Acesso a mercados e apoio e incentivo à intercooperação:

Apoiar a integração e a formação de redes produtivas, beneficiadoras e de comercialização entre cooperativas do mesmo setor ou de diferentes elos da cadeia produtiva, inclusive no comércio digital. Além disso, consideramos importante a continuidade das iniciativas governamentais voltadas à promoção do cooperativismo em feiras e em rodadas de negócio nacionais e internacionais.

B**ESPAÇOS DE REPRESENTATIVIDADE E DE PARTICIPAÇÃO:****Cooperativismo em fóruns de participação municipais:**

Ampliar os canais de comunicação do cooperativismo com o poder público municipal, assegurando a participação de representantes do movimento cooperativista na discussão e elaboração políticas públicas e marcos regulatórios que reflitam a realidade e os anseios do segmento.

Frencoops Municipais:

Instituir a Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop Municipal) na Câmara de Vereadores, com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento do marco regulatório do segmento e induzir a implementação de políticas públicas favoráveis ao desenvolvimento do setor cooperativista.

Equipes do governo especializadas em cooperativismo:

Incentivar a construção de parcerias e acordos de cooperação que visem a disseminação de conhecimento sobre o cooperativismo em prefeituras e em outros órgãos públicos municipais. Além disso, é necessário aprimorar a base de dados públicos e o conhecimento especializado de servidores públicos municipais sobre as cooperativas, por meio de seminários, workshops, trilhas de aprendizagem e missões, para que a regulamentação e implementação de políticas públicas sobre o modelo cooperativista seja mais adequada e eficiente.

C COOPERATIVISMO COMO ORGANIZAÇÃO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

Cooperativismo para ganho de eficiência e produtividade:

Investir no cooperativismo como um modelo eficaz para fortalecer as cadeias produtivas locais e impulsionar o potencial econômico de cada localidade, com foco no ganho de escala, na adoção de novas tecnologias e no acesso a serviços de assistência técnica e extensão rural. Além de promover a organização eficiente das atividades produtivas, as cooperativas desempenham um papel crucial no processamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários locais.

Estímulo à agricultura familiar e ao cooperativismo:

Garantir, em nível local, a continuidade e o fortalecimento das políticas de compras governamentais da agricultura familiar e das demais modalidades de contratação pública, com foco no fomento à produção sustentável, ao processamento e industrialização de alimentos e na valorização do papel das cooperativas como instrumentos de geração de economia de escala e de agregação de valor à produção de pequenos produtores rurais.

D INCLUSÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL POR MEIO DE COOPERATIVAS

Cooperativas de crédito e inclusão financeira:

Estimular a expansão massiva das cooperativas de crédito como agentes de desenvolvimento a nível local, inclusive no desenvolvimento de municípios das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Já prevista na Agenda BC# do Banco Central do Brasil (BCB), essa diretriz tem como objetivo levar, por meio do cooperativismo de crédito, inclusão produtiva e prosperidade para regiões menos assistidas pelas demais instituições financeiras, com destaque para o acesso ao crédito rural e para pequenos negócios.

Cooperativas como beneficiárias dos fundos constitucionais:

Garantir, por meio de arranjos institucionais locais, o repasse de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FCO, FNE e FNO) às cooperativas de todos os segmentos, em volumes e condições adequadas, como forma de fortalecer a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e o desenvolvimento de municípios das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Para as cooperativas de crédito, ampliar o montante de repasses dos Fundos Constitucionais, de forma a dar maior capilaridade e eficiência à política pública.

Cooperativas como beneficiárias dos fundos regionais:

Aprimorar a participação das cooperativas no papel de beneficiárias dos recursos dos fundos de desenvolvimento regional (FDCO, FDNE e FDA), assegurando a realização de investimentos em infraestrutura, logística e na estruturação de empreendimentos produtivos de grande capacidade de dinamização econômica nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

E**GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA POR MEIO DO EMPREENDEDORISMO COLETIVO****Cooperativismo para a inserção de pessoas no mercado de trabalho:**

Reconhecer, na elaboração de políticas públicas, o potencial das cooperativas para gerar trabalho e renda, oportunidades de organização e ganho de escala para profissionais autônomos, de forma a inseri-los no mercado de trabalho com poder de escala, gestão e governança, estrutura e melhores condições para ofertar seus serviços.

Tratamento favorecido e simplificado para cooperativas de pequeno porte:

Garantir, conforme previsto na legislação vigente, que as cooperativas de pequeno porte tenham o mesmo tratamento diferenciado, simplificado e favorecido hoje conferido às micro e pequenas empresas em relação ao acesso a mercados, contratações públicas, relações do trabalho, crédito e capitalização e estímulo à inovação, de forma a valorizar o empreendedorismo coletivo.

Diversidade e inclusão pelo cooperativismo:

Promover políticas públicas para a inclusão financeira e produtiva de jovens, mulheres, negros, idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade, por meio do cooperativismo, como modelo econômico que tem na sua essência a abertura de espaços de liderança e a força do empreendedorismo coletivo.



Parcerias

**de municípios com
o cooperativismo**

APRESENTAÇÃO

As parcerias entre cooperativas e governos municipais são fundamentais para efetivar políticas públicas que ampliem o acesso a serviços essenciais para a população, como saúde, educação, infraestrutura, serviços financeiros, saneamento básico e transporte, dentre outros. Essa colaboração desempenha um papel crucial na resolução de problemas públicos e no fortalecimento das comunidades locais.

Um dos principais benefícios dessas parcerias é a amplificação dos impactos das políticas públicas, permitindo que um maior número de pessoas e comunidades seja alcançado. Ao compartilhar recursos e melhores práticas, cooperativas e prefeituras podem maximizar o alcance e a eficácia de programas sociais, ambientais e econômicos, promovendo um desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

Ao unir esforços, cooperativas e municípios alavancam recursos e viabilizam ações de forma mais assertiva. Por exemplo, cooperativas de saúde po-

dem colaborar com as autoridades municipais para oferecer serviços de prevenção, atingindo áreas e grupos populacionais que normalmente têm dificuldade de acesso aos sistemas de saúde tradicionais.

Parcerias entre cooperativas de crédito e prefeituras são igualmente benéficas, pois ajudam a reter a riqueza produzida pelo município na própria localidade, promovendo um ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico descentralizado. Esse tipo de cooperação estimula a economia local, gerando empregos e fomentando o crescimento sustentável.

Além disso, as parcerias entre cooperativas e governos municipais contribuem significativamente para a redução das desigualdades regionais e socioeconômicas. Ao oferecer acesso a emprego, educação e serviços, essas colaborações não apenas melhoram a qualidade de vida da população, mas também promovem a inclusão social e o desenvolvimento de comunidades mais resilientes e justas.

A ATENDIMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Parcerias Público-Privadas em Saúde:

Reconhecer, cada vez mais, as cooperativas como alternativa viável para o acesso à saúde pela população brasileira, com destaque para a atenção básica e para a medicina preventiva, por meio de parcerias público-privadas (PPPs) para atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) nos municípios. A maioria das PPPs em saúde tem tido seu escopo apenas serviços não assistenciais (como manutenção e operação de centrais de materiais, serviços de esterilização, laboratório, além de manutenção predial em geral). No entanto, existem boas práticas de constituição de fundos destinados à estruturação de projetos de PPP voltados à construção e à manutenção de unidades hospitalares de referência no setor público, bem como na possibilidade de atuação de profissionais de saúde para serviços assistenciais diversos, nas áreas de medicina, odontologia e enfermagem.



Confira o “Guia sobre Parcerias Público-Privadas (PPPs) em Saúde”, lançado em 2022, pelo Sistema OCB e pelo Radar PPP, com o objetivo de apresentar oportunidades de ações voltadas ao atendimento do SUS por meio de parcerias entre municípios e cooperativas.



B

GESTÃO DOS RECURSOS DAS PREFEITURAS POR COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Depósitos de municípios em cooperativas de crédito:

Fortalecer, por meio de campanhas e treinamento de gestores público municipais, o papel do cooperativismo de crédito como o importante agente de gestão dos recursos de prefeituras e demais entes públicos do município, conforme autorizado pela legislação vigente. A possibilidade de captação de depósitos de entes públicos municipais por cooperativas de crédito, ainda bastante recente, tem um enorme potencial para gerar inclusão financeira, desenvolvimento regional e transformação da realidade local de muitas cidades no interior do país. Como efeito multiplicador, a iniciativa gera crescimento econômico, dinamicidade para a economia local, acesso ao crédito para produtores rurais e para pequenos negócios e inclusão financeira nestas comunidades.



Confira a cartilha “Retenção de Riqueza no Município: Relação entre Prefeitura e Cooperativa de Crédito”, publicado em 2022, por Sistema OCB, FGCoop, BCB, Sebrae e Editora Confedás.



C

MOBILIDADE URBANA POR MEIO DAS COOPERATIVAS DE TRANSPORTE

Parcerias com cooperativas para o transporte suplementar:

O transporte suplementar ou complementar oferecido por cooperativas pode assumir várias formas, como serviços de van compartilhada, táxis coletivos, transporte escolar e transporte para áreas urbanas, rurais ou remotas. Estes serviços muitas vezes preenchem lacunas deixadas pelo transporte público convencional, oferecendo opções de deslocamento mais flexíveis, personalizadas e acessíveis para a população. As parcerias de municípios com cooperativas de transporte representam uma abordagem promissora para melhorar a mobilidade urbana, aproveitando a flexibilidade e o compromisso das cooperativas com a comunidade. Essas parcerias podem não apenas preencher lacunas no transporte público convencional, mas também promover o desenvolvimento econômico local e melhorar a qualidade de vida dos residentes.

Incentivo à competitividade das cooperativas de transporte de passageiros:

Reforçar, por meio de parcerias municipais, o modelo de cooperativas de transporte de passageiros como solução estratégica para a mobilidade urbana e rural, tendo em vista a busca por melhores condições de mercado e ganho de escala para motoristas de todo o país. Nos centros urbanos, a criação de plataformas próprias destas cooperativas tende a fortalecer os motoristas de táxi e agregar também os motoristas de aplicativos ao modelo cooperativo, como uma resposta local e customizada às reais necessidades dos cooperados.

D COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS POR COOPERATIVAS

Cooperativas de catadores como instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

Incentivar a participação das cooperativas de reciclagem na gestão pública dos resíduos sólidos urbanos e nos programas de coleta seletiva e de logística reversa, com destaque para o cumprimento dos objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), por meio da melhoria da infraestrutura (instalações, maquinários, equipamentos, veículos) e de capacitação voltada para a profissionalização de catadores e para o aprimoramento da gestão e da governança de seus negócios. Dentre os benefícios do cooperativismo para os catadores, destacam-se: a emancipação e inclusão produtiva destes trabalhadores, com geração de renda e emprego local; a ampliação da vida útil dos aterros sanitários; e a racionalização do fornecimento de material reciclável para a indústria.

D EDUCAÇÃO INCLUSIVA POR MEIO DO COOPERATIVISMO

Acesso à educação básica por cooperativas:

Reconhecer, em ações municipais, o potencial das cooperativas formadas por professores e demais profissionais da área como alternativa viável para o acesso à educação inclusiva, equitativa e de qualidade pela população brasileira, por meio da oferta de serviços de qualidade a preços justos, pautados nos valores e princípios colaborativos. Para tanto, é necessário fomentar parcerias público-privadas voltadas para a gestão de escolas públicas de ensino básico (primeira infância, ensino fundamental e ensino médio) por cooperativas educacionais.

Sescoop como promotor da aprendizagem em cooperativismo:

Ampliar as parcerias entre municípios e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), enquanto parceiro para alcançar mais negócios e pessoas, por meio de um conjunto de ações e programas de caráter educativo voltados ao aprimoramento da gestão e governança das cooperativas, fomento da cultura da cooperação, profissionalização, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável das comunidades onde estão inseridos.

D COOPERATIVAS COMO PROMOTORAS DE PROGRAMAS HABITACIONAIS

Valorização do cooperativismo para o acesso à moradia de qualidade:

Priorizar os empreendimentos implementados por cooperativas habitacionais nas políticas de habitação para reduzir o déficit de moradia, para que haja a otimização dos recursos públicos, ganho de eficiência no processo de planejamento, execução e administração dos projetos habitacionais. Essa abordagem não apenas promove um senso de responsabilidade e pertencimento por parte dos residentes, mas também pode resultar em uma distribuição mais equitativa dos custos e benefícios associados.

3

Cooperativas

**como vetor do
desenvolvimento
sustentável**

APRESENTAÇÃO

Cooperativismo e desenvolvimento sustentável estão intrinsecamente ligados, representando uma abordagem econômica e social que busca equilibrar o crescimento econômico com a proteção ambiental e a justiça social, o que tem sido difundido atualmente como economia de impacto. As cooperativas, por sua própria natureza democrática e centrada na comunidade, são veículos poderosos para promover práticas sustentáveis em diversos setores da economia.

O cooperativismo desempenha fornecendo uma abordagem econômica e social que equilibra a prosperidade econômica com o bem-estar social e a proteção do meio ambiente. Ao capacitar comunidades, promover práticas de negócios responsáveis e colaborar para enfrentar desafios globais, as

cooperativas estão na vanguarda da construção de um futuro mais sustentável, equitativo e próspero para todos.

Sua estrutura democrática e orientada para a comunidade permite uma tomada de decisão mais participativa e adaptável, o que pode ser fundamental para enfrentar crises como mudanças climáticas, flutuações de mercado e desastres naturais.

Para maximizar o potencial do cooperativismo como uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável, é crucial que as cooperativas tenham acesso a apoio político, financeiro e técnico adequado. Isso inclui políticas governamentais favoráveis e acesso a financiamento sustentável.

A COOPERATIVISMO E O ESTÍMULO À PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

Cooperativismo no Plano ABC+:

Fortalecer e assegurar o bom funcionamento dos comitês municipais do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC+), para que as ações definidas no plano nacionais sejam executadas, considerando as particularidades e os desafios locais. O cooperativismo é o arranjo produtivo apropriado para a disseminação da política pública, tendo em vista os diversos exemplos de iniciativas bem-sucedidas de conservação ambiental, recuperação de nascentes, reflorestamento e transferência de tecnologia no campo. Ainda no escopo do Plano ABC+, as cooperativas têm sido protagonistas no tratamento de dejetos animais e de resíduos da agroindústria para a redução de emissão de metano, produção de adubo orgânico e geração de energia limpa por meio da biomassa, de forma a contribuir com os compromissos internacionais de combate às mudanças climáticas.

B CONECTIVIDADE NO CAMPO POR COOPERATIVAS:

Acessibilidade e universalização da conectividade:

Viabilizar, por meio de parcerias entre municípios e cooperativas agropecuárias, de infraestrutura e de crédito, soluções para a conectividade no campo e em pequenos municípios, de forma oferecer serviços que contribuam para uma agropecuária nacional mais competitiva, rentável, resiliente e contemporânea às tecnologias disponíveis, refletindo em crescimento com inclusão e sustentabilidade.

C COOPERATIVAS NA PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE QUALIDADE

Cooperativismo na oferta de energia elétrica de qualidade no interior do país:

Reconhecer e fomentar o papel das cooperativas de distribuição de energia elétrica como atores-chave no acesso à luz no campo e nas cidades, principalmente em comunidades e municípios mais afastados dos grandes centros urbanos. As cooperativas de distribuição de energia necessitam de tratamento adequado por parte do poder público, uma vez que estão localizadas majoritariamente no meio rural e em municípios do interior do país, tendo como características a baixa densidade de consumidores por quilômetro de rede e menor margem econômica na produção rural desenvolvida.

Cooperativas e o ganho de escala na produção de energia renovável:

Desenvolver políticas públicas que fomentem o crescimento de cooperativas de energia renovável, como fotovoltaica, eólica e por biogás. Já são inúmeros exemplos em todo o país de produtores rurais que transformam passivos ambientais em biogás (e que, assim, garantiram a segurança e autosuficiência energética) e de empreendimentos e comunidades que adquirem painéis solares para produzirem sua própria energia nas cidades, por meio da organização em cooperativas. As vantagens são muitas: diminuição expressiva de custos de produção; obtenção de ganho de escala; melhores condições nas aquisições da infraestrutura e de insumos necessários para a geração; aumento de produtividade; e implementação de processos produtivos mais sustentáveis.

D COOPERATIVAS E O APROVEITAMENTO DO TURISMO REGIONAL

Fomento às cooperativas de turismo e lazer local:

Reconhecer e criar políticas públicas específicas de incentivo à criação e ao fortalecimento das cooperativas de turismo e lazer como forma de formalização e organização de profissionais do setor e estímulo à criação de redes para a gestão do turismo, tendo como resultado o maior aproveitamento do imenso potencial da atividade e as especificidades locais, através do desenvolvimento da infraestrutura de cidades e regiões com vocação turística, o fortalecimento do turismo rural, do ecoturismo e do turismo religioso, bem como a valorização do patrimônio cultural e natural.

4

Ambiente de Negócios

**favorável ao
desenvolvimento
das cooperativas**

APRESENTAÇÃO

Parcela significativa dos desafios para empreender no Brasil diz respeito à viabilização, por parte dos governos, de um ambiente de negócios favorável. Assim, o sucesso dos negócios cooperativos depende, em boa parte, de iniciativas governamentais que busquem maior previsibilidade e estabilidade.

Neste sentido, chamamos a atenção para as boas práticas de governança que permitam uma gestão pública austera e eficiente e a garantia de políticas de bem-estar social e inclusão produtiva, como peças fundamentais para trazer um ambiente de negócios favorável ao setor econômico, em especial, às cooperativas.

Também fazem parte deste processo a simplificação de registros e processos em órgãos públicos, a harmonização das normas sanitárias e a uniformização de procedimentos para obtenção de licenças e alvarás, tendo em vista a segurança jurídica e a diminuição de custos operacionais.

Por fim, destacamos a importância da infraestrutura para o desenvolvimento econômico dos municípios, pois serve como a base para a realização de atividades produtivas e a melhoria da qualidade de vida da população. Investimentos em infraestrutura, como estradas, saneamento básico, energia, telecomunicações e transporte público, facilitam o comércio, atraem investimentos, e aumentam a eficiência das empresas locais.

A

BASES ESTRUTURANTES DE UMA GESTÃO MUNICIPAL MODERNA E EFICIENTE

Contas públicas e responsabilidade fiscal:

Valorizar a elaboração e a implementação do plano de desenvolvimento econômico do município, com soluções que considerem as vocações do território, de acordo com as características e dinâmicas locais. Além disso, é crucial basear as decisões governamentais em dados precisos e atualizados, garantindo a efetividade das políticas públicas, o controle dos gastos públicos e a responsabilidade fiscal do município, direcionando investimentos de forma estratégica e eficiente.

Eficiência na construção de políticas públicas:

Garantir maior eficiência, transparência e controle social na formulação de políticas públicas, evitando, assim, distorções, questionamentos, judicialização e gastos desnecessários. Neste sentido, destacamos a adoção, cada vez maior, de audiências, consultas públicas e de análise de impacto regulatório como instrumentos fundamentais para a construção de políticas municipais, com avaliações criteriosas das ações governamentais em termos de custo-benefício para a população.

Bem-estar social e inclusão produtiva:

Promover, em conjunto com os diversos atores do mercado e da sociedade civil, a consecução de um modelo de desenvolvimento econômico mais inclusivo, equânime e sustentável, visando a promoção contínua do bem-estar social. É dever primordial do poder público conter e remediar possíveis falhas de mercado, combater a desigualdade e a fome, garantir renda e inclusão produtiva, promover condições favoráveis à oferta de empregos e investir em políticas públicas voltadas para educação, saúde, pesquisa científica e infraestrutura, dentre outros.

Qualidade da infraestrutura:

Garantir a qualidade da infraestrutura pública para a realização de atividades produtivas e a melhoria da qualidade de vida da população, com investimentos em vias municipais, saneamento básico, energia, telecomunicações e transporte público, de maneira a reduzir os custos logísticos e melhorar o acesso a serviços essenciais.

B

DESBUROCRATIZAÇÃO E DIMINUIÇÃO DE CUSTOS OPERACIONAIS:

Simplificação de registros e processos em órgãos públicos:

Reduzir a burocracia e os custos para a abertura e manutenção de negócios, por meio da integração de informações entre órgãos públicos, com a valorização de registros de pessoas jurídicas por meio eletrônico. Além disso, é fundamental a desburocratização e otimização de processos regulatórios e normas técnicas vinculados ao setor econômico nos diversos órgãos públicos municipais.

Harmonização das normas sanitárias:

Buscar uniformização e objetividade nas normas sanitárias relacionadas à atividade econômica, reduzindo as disparidades de interpretações, aplicações e exigências entre municípios. Neste contexto, deve-se diminuir a discricionariedade na inspeção municipal, para que esta se fortaleça como instrumento conformidade e integridade dos produtos e serviços brasileiros, tendo em vista o acesso a mercados e o crescimento da economia local.

Uniformização de procedimentos para obtenção de licenças e alvarás:

Uniformizar e modernizar as regras a serem observadas pelos diferentes órgãos municipais para obtenção de licenças e alvarás de construção, ocupação e funcionamento dos negócios, de forma a aumentar a segurança jurídica dos negócios e assegurar a conformidade e integridade das atividades econômicas, sem que isso implique em aumento de custos operacionais desnecessários.

O que diferencia **AS COOPERATIVAS**

Em seu papel de inclusão social, econômica e cultural, o cooperativismo pode ser considerado o modelo de negócio mais viável para o desenvolvimento sustentável. Baseado na união de pessoas, o movimento se destaca pela busca dos referenciais de participação democrática, independência e autonomia.

Promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar social de todos os seus cooperados, bem como da comunidade em que se insere, é o que move o cooperativismo. As decisões são tomadas coletivamente e os resultados obtidos são distribuídos de forma justa e igualitária, na proporção da participação de cada membro. Ao invés de concentrar o lucro em uma ou em poucas pessoas, os resultados das cooperativas são distribuídos entre todos os seus associados, impulsionando a geração de renda e a inserção social.

Como forma organizada de gestão, a cooperativa realiza, obrigatoriamente, uma vez por ano, a sua Assembleia Geral Ordinária (AGO). Ao final de cada exercício social, são apresentados o balanço e a demonstração dos resultados da cooperativa, que devem conter os valores que serão destinados às

sobras e aos fundos de reserva. As sobras são os resultados dos ingressos menos os dispêndios, as quais retornam ao associado após as deduções dos fundos, de acordo com o estatuto da cooperativa e em consonância com a Lei 5.764/1971.

Assim, um dos grandes diferenciais do empreendimento cooperativo é a participação econômica dos membros, que está diretamente ligada ao que propõe o cooperativismo: pessoas que se unem com o mesmo propósito, de se fortalecer economicamente para ganhar maior poder de escala. Assim, adquirem mais espaço no mercado, o que resulta em maior renda e melhor qualidade de vida para os cooperados, colaboradores e familiares, beneficiando também a comunidade.

Por ser um empreendimento que nasce na base, a partir da união de pessoas e com foco no crescimento conjunto, as cooperativas contribuem com o desenvolvimento sustentável. Desta forma, são vanguardas na discussão sobre sustentabilidade, a partir de um modelo econômico, social, cultural e ambiental equilibrado, que busca satisfazer as necessidades das gerações atuais, sem comprometer a capacidade das gerações futuras.

Dimensões social e econômica DO COOPERATIVISMO

O cooperativismo é uma forma de empreender coletivamente, que está presente em diversos setores da economia. Ele promove o que chamamos de ciclo virtuoso de desenvolvimento, que começa com pessoas que se unem por um propósito e crescem juntas. Esse crescimento gera mais trabalho e renda e aquece a economia local. As pessoas começam a consumir mais, resultando em prosperidade para o negócio, para as pessoas e para a comunidade.

Tudo isso acontece por meio das cooperativas, organizações econômicas compostas por indivíduos que compartilham objetivos comuns e adotam uma gestão democrática. Seus associados são donos do negócio e os resultados, conhecidos como sobras, podem ser reinvestidos ou distri-

buídos entre eles. As coops são negócios competitivos e se destacam por colocarem as pessoas em primeiro lugar.

Segundo dados da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), organismo mundial de representação do movimento, uma a cada sete pessoas no mundo é associada a uma cooperativa, o que faz com que o cooperativismo venha se consolidando como o modelo de negócio que mais cresce.

Em um contexto de importantes transformações econômicas e sociais, as cooperativas têm exercido um papel de destaque pelo seu potencial de gerar trabalho e renda, fortalecer a economia local, promover valor a longo prazo e atuar em prol da sustentabilidade.

Ramos DO COOPERATIVISMO

O cooperativismo está em todos os setores da economia e, para facilitar sua representação, foi dividido em sete ramos. Essa organização fortalece nossa capacidade de representação, aumenta a nossa influência e proporciona um atendimento ainda mais eficiente e estruturado. Presentes tanto no meio rural quanto urbano, as cooperativas brasileiras desempenham um papel significativo no cotidiano das pessoas, oferecendo uma ampla gama de produtos e serviços.



Agropecuário

As cooperativas agropecuárias reúnem e organizam produtores rurais, fornecendo assistência técnica, suporte na industrialização e comercialização da produção. Além disso, contribuem para a modernização do campo, fornecendo alimentos de qualidade para os brasileiros e promovendo o desenvolvimento do país. Mais de 50% da safra nacional de grãos provém de cooperativas, que também têm participações significativas na fruticultura, olericultura, produção animal e setor sucoenergético.



Consumo

São as que se destinam à compra em comum de produtos ou serviço, de supermercados, farmácias, educação e turismo. Com o propósito de reduzir custos e garantir o melhor atendimento, as cooperativas de consumo oferecem preços justos, qualidade de vida e desenvolvimento para o Brasil.



Saúde

O cooperativismo de saúde brasileiro é o maior do mundo, pioneiro e referência no setor. O ramo reúne cooperativas médicas, odontológicas e de todas as profissões classificadas no CNAE como “atividades de atenção à saúde humana”. Além do importante papel na saúde suplementar, oferece diversas oportunidades junto ao setor público, por meio de parcerias com os governos federal, estaduais e municipais.



Crédito

As cooperativas de crédito levam muito mais do que serviços financeiros para os seus cooperados, oferecem um atendimento humanizado e proporcionam inclusão e educação financeira por todo o Brasil, sendo, inclusive, a única alternativa de acesso aos serviços financeiros em 337 municípios brasileiros.



Trabalho, Produção de Bens e Serviços

O ramo reúne cooperativas que prestam serviços especializados a terceiros ou a produção em comum de bens, como cooperativas de limpeza, de professores, de produção, minerais, de artesanatos, entre outras. É a união de trabalhadores que também viram donos do negócio e alcançam melhores condições de trabalho e levam desenvolvimento para todo o país.



Infraestrutura

Distribuição de energia elétrica, saneamento básico, telecomunicação e habitação são exemplos de serviços essenciais para uma boa qualidade de vida. São esses os serviços oferecidos pelas cooperativas de infraestrutura, que geram grande impacto social e econômico no país.



Transporte

O cooperativismo de transporte se destina a organizar a prestação de serviços de transporte de passageiros ou carga, visando proporcionar um serviço de excelência e promover o desenvolvimento nacional. Seja no segmento de táxis, motos, vans, ônibus ou caminhões, as cooperativas oferecem condições que permitem aos transportadores exercerem suas atividades com maior dignidade e acesso a oportunidades.

Por que COOPERATIVA?

Voz
Ativa

**& VÍNCULO DE
CONFIANÇA**

Pensar em cooperativismo é refletir sobre um modelo de negócio que vai além da geração de lucro. São sociedades formadas pela união e pelo vínculo de confiança entre pessoas, em trabalho feito por todos e para todos. Isto quer dizer que aqui as decisões administrativas e estratégicas não são tomadas por um conselho fechado, mas necessariamente apresentadas em assembleia geral, onde cada cooperado tem direito a voto, de forma igualitária. Por esse motivo, dada a responsabilidade de seus dirigentes com o quadro social, possíveis decisões especulativas e precipitadas geralmente são afastadas, o que é comprovado em momentos de crises macroeconômicas, onde as cooperativas possuem papel preponderante para mitigarem seus efeitos. Isso acontece pelo vínculo de confiança, efeito multiplicador e desenvolvimento local nas comunidades onde estão inseridas.

Valor
Compartilhado

**& DISTRIBUIÇÃO
DE RESULTADOS**

Nas cooperativas, os resultados financeiros não são computados como lucro, mas distribuídos e/ou reinvestidos no desenvolvimento da cooperativa, conforme decisão da assembleia geral e de acordo com a produção de cada cooperado. A relação econômica entre a cooperativa e os seus associados tem como objetivo final a geração de renda para os cooperados. Por isso que as cooperativas não têm fins lucrativos, mas econômicos.

Empreendedorismo coletivo

& ECONOMIA COLABORATIVA

O cooperativismo é um modelo de negócios viável para milhares de trabalhadores brasileiros se inserirem no mercado, podendo prestar seus serviços com melhores condições e maior lucratividade. Em um mundo com grandes transformações tecnológicas e cada vez mais conectado, o cooperativismo possui um imenso potencial para organizar pessoas em plataformas de aplicativos e de compras coletivas, valorizando o seu trabalho e evitando que os resultados destas atividades sejam deslocados para poucos, em grandes centros urbanos, muitas vezes, em outros países.

Economia de propósito

& ATUAÇÃO PELA COMUNIDADE

Em todo o mundo, por princípio, as cooperativas utilizam parcela do seu faturamento em prol de ações pela comunidade. A lei cooperativista brasileira reforça esta responsabilidade, com a instituição do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates), constituído de 5%, no mínimo, das sobras líquidas apuradas no exercício, destinados à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa e à comunidade em que está inserida. Os projetos e ações de voluntariado também são a marca das cooperativas brasileiras, que, anualmente, por meio da celebração do “Dia de Cooperar”, contabilizam milhares de iniciativas beneficentes todos os anos.

Economia de escala

& INCLUSÃO PRODUTIVA E FINANCEIRA

Na ótica da sociedade cooperativa, a eficiência é vista como a combinação da racionalidade econômica com os valores de ajuda mútua e solidariedade. Por meio do princípio sinérgico onde “o todo é maior que a soma das partes”, os cooperados se unem voluntariamente para constituir um empreendimento sólido e competitivo, de natureza econômica e social. Por meio do modelo cooperativo, que pequenos produtores rurais alcançam mercados internos e externos que não atingiriam individualmente, trabalhadores se juntam para ofertar serviços de forma organizada e lucrativa, e pessoas compartilham suas economias com taxas menores e melhores rendimentos financeiros.

Controle de preços

**& DIMINUIÇÃO DE
DISTORÇÕES DE
MERCADO**

Em um mercado global cada vez mais concentrado por grandes conglomerados econômicos, as cooperativas possuem por mérito a característica de ampliar a competitividade, diminuir distorções na oferta de produtos e serviços e balizar preços para o seu cooperado e para o consumidor final, uma vez que não possuem finalidade lucrativa. Muitas vezes, as cooperativas são capazes de enfrentar empresas privadas de maior agressividade por se tratarem de empreendimentos criados especificamente para atenderem a realidade dos seus cooperados, donos do próprio negócio, com a oferta de produtos e serviços com melhores condições a estes.

Desenvolvimento local

**& REDUÇÃO DAS
DESIGUALDADES**

As cooperativas, em seus diversos segmentos, têm como uma das suas principais características o alcance de municípios do interior do país ainda pouco atendidos pelo poder público e que, por muitas vezes, outros grupos econômicos não têm interesse em atuar. Isto qualifica essas sociedades como importantes agentes de desenvolvimento regional do país, seja no atendimento a serviços básicos para a população, como no caso dos serviços de saúde, educação e eletrificação rural, como a partir de um modelo de negócios viável para organização de produtores e trabalhadores no campo e nas cidades.

Ações voluntárias

**DURANTE A
PANDEMIA**

Ao longo da crise sanitária da Covid-19, mais uma vez, o cooperativismo esteve presente em benefício da comunidade. As cooperativas médicas, além de estarem na linha de frente da batalha para conter a crise sanitária, por meio do Movimento Saúde e Ação, captaram R\$ 4,1 milhões, beneficiando 45 instituições e mais de 22 mil famílias (set/2021), em ações de responsabilidade social voltadas para combate à fome, distribuição de kits de proteção individual e apoio psicológico, tanto para a comunidade quanto para profissionais da linha de frente. O movimento “Agro Fraternal”, que contou com a participação de produtores rurais e cooperativas agropecuárias e de crédito de todo o país, registrou doações de 217,8 toneladas de alimentos, mais de 64,9 mil cestas básicas, além de doações em dinheiro, em mais de 100 cidades (set/2021). Exemplos como estes se multiplicaram em todos os segmentos do cooperativismo, inclusive no âmbito das ações voluntárias do “Dia de Cooperar”, que em 2020 contou com 6,7 mil iniciativas, em 2,9 mil municípios em todo o país, com 314 mil voluntários.

Princípios DO COOPERATIVISMO

Os sete princípios do cooperativismo são as linhas orientadoras por meio das quais as cooperativas levam os seus valores à prática. Esses princípios foram aprovados e utilizados na época em que

foi fundada a primeira cooperativa do mundo, em 1844, na Inglaterra. Reconhecidos até hoje, são adotados por 105 países.



ADESÃO VOLUNTÁRIA E LIVRE

As cooperativas são abertas para todas as pessoas que queiram participar e que estejam alinhadas ao seu objetivo econômico e dispostas a assumir suas responsabilidades como membro. Não existe qualquer discriminação por sexo, raça, classe, crença ou ideologia.



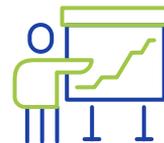
GESTÃO DEMOCRÁTICA

As cooperativas são organizações democráticas controladas por todos os seus membros, que participam ativamente na formulação de suas políticas e na tomada de decisões. Os representantes são eleitos por todo o grupo.



PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA DOS MEMBROS

Em uma cooperativa, os membros contribuem equitativamente para o capital da organização. Parte do montante é propriedade comum da cooperativa e os membros recebem remuneração limitada ao capital integralizado, quando há. Os excedentes da cooperativa podem ser destinados às seguintes finalidades: benefícios aos membros, apoio a outras atividades aprovadas pelos cooperados ou para o desenvolvimento da própria cooperativa. Tudo sempre decidido democraticamente.



AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA

As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas por seus membros, e nada deve mudar isso. Se uma cooperativa firmar acordos com outras organizações, públicas ou privadas, deve fazer em condições de assegurar o controle democrático pelos membros e a sua autonomia.



EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO

Ser cooperativista é se comprometer com o futuro dos cooperados, do movimento e das comunidades. As cooperativas promovem educação e formação para que seus membros e trabalhadores possam contribuir para o desenvolvimento dos negócios e, conseqüentemente, dos lugares onde estão presentes. Além disso, oferecem informações para o público em geral, especialmente jovens, sobre a natureza e as vantagens do cooperativismo.



INTERCOOPERAÇÃO

Cooperativismo é trabalhar em conjunto. É assim, atuando juntas, que as cooperativas dão mais força ao movimento e servem de forma mais eficaz aos cooperados. Sejam unidas em estruturas locais, regionais, nacionais ou até mesmo internacionais, o objetivo é sempre se juntar em torno de um bem comum.



INTERESSE PELA COMUNIDADE

Contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades é algo natural ao cooperativismo. As cooperativas fazem isso por meio de políticas aprovadas pelos membros.

ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA COOPERATIVISTA BRASILEIRO

Representado em todo o Brasil, o Sistema OCB possui 27 unidades estaduais, que se orientam pelos mesmos princípios e valores da unidade nacional. Essas organizações são o elo entre o Sistema OCB e a realidade de cada região onde o cooperativismo está presente. É no âmbito local que os cooperados interagem e constroem suas demandas.



representa **COOP**

somos **COOP**

 @somoscoop

somos.coop.br

 **Sistema OCB**
CNCOOOP | OCB | SESCOOP

 @sistemaocb

somoscooperativismo.coop.br